

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 56.^a Sessão Ordinária

Realizada em 20 de Maio de 1971 — (Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr Jose, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsini, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villarueva (46); achando-se ausente o sr. deputado Fuad Nacli.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE

Curitiba, 14 de maio de 1971.

MENSAGEM

10-71

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para o indispensável referendo dessa Egrégia Assembléia Legislativa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a medida ora solicitada merecerá, dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

Térmo de Convênio que celebram, o Ministério da Agricultura e a

Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para execução de um projeto de informação de mercado agrícola.

Aos 30 dias do mês de março de 1971 na sede da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, presentes, o Diretor Estadual, Doutor João Palma Moreira neste ato representando o Ministério da Agricultura aqui referido simplesmente MINISTÉRIO, por Delegação de Competência, "em vi" da Portaria Ministerial n.º 259 de 25.06.1970, publicada no D.O.U. de 30 de junho de 1970, e o Secretário de Agricultura, Doutor Carlos Affonso Meissner Osório, neste ato representando a Secretaria de Agricultura, doravante denominada SECRETARIA, que perante as testemunhas instrumentárias, resolveram celebrar este Convênio, para execução de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola, na forma que se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio: O objeto deste Convênio é a execução, em âmbito estadual, de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola e compreende atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre comportamento do mercado atacadista dos produtos agropecuários. (Visa, ainda, este Convênio, a continuação dos trabalhos que vinham sendo realizados mediante Protocolo de Serviços firmado entre o "Projeto SIMA" e a Secretaria).

CLAUSULA SEGUNDA — Das Obrigações dos Convenientes: As obrigações dos Convenientes, a seguir enumeradas, traduzem-se em:

I — do Ministério

a) concorrer, no presente exercício com a quantia de 37.055,36 (trinta e sete mil, cinquenta e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos), destacada do Projeto 02.02.2.243/2. "Estudos Econômicos do Setor Agropecuário" — Subprojeto — "Informação de Mercado Agrícola";

b) nos exercícios subsequentes, com recursos que consignados no Orçamento da União;

c) fiscalização técnica do Projeto, através do Escritório de Estatística, Análises e Estudos Econômicos, e financeira, através da Inspetoria Geral de Finanças;

d) reexame do Projeto, de forma a aperfeiçoar os métodos utilizados, após audiência da SECRETARIA.

II — da Secretaria

a) coletar, preparar, permutar e divulgar dados sobre comportamento do mercado de produtos agropecuários, a nível de atacadista;

b) confeccionar boletins para distribuição à Imprensa, a entidades governamentais e outros interessados;

c) instalar em suas dependências uma Agência do Projeto, fornecendo-lhe o material necessário ao seu funcionamento;

d) as atribuições acima enumeradas genericamente, constam, discriminadas, no Cronograma de Trabalho anexo parte integrante deste Convênio, o que será anualmente reajustado, de comum acordo, até o dia 15 de dezembro anterior a sua vigência;

e) manter pessoal capacitado e qualificado segundo os padrões do MINISTÉRIO, para o desenvolvimento dos serviços.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução Financeira: Os recursos financeiros destinados ao atendimento dos serviços constantes deste Convênio, serão divididos em pagamentos, trimestrais, proporcionais ao volume de trabalho em cada trimestre, de acordo com o Cronograma anexo. Os pagamentos serão efetuado pelo MINISTÉRIO a SECRETARIA na seguinte forma:

— Parcela referente ao 1.º trimestre — automaticamente, no início do exercício correspondente, desde que o Convênio esteja publicado no Diário Oficial da União;

— Parcelas referentes aos trimestres seguintes no início do período respectivo, mediante atestado do funcionário habilitado do MINISTÉRIO, de que a etapa anterior foi integralmente cumprida.

CLAUSULA QUARTA — Do Regimento pela Execução do Serviço: A SECRETARIA indicará ao MINISTÉRIO um funcionário de seus quadros para ser o executor dêste Convênio. Se aprovado, a SECRETARIA baixará o competente ato de designação.

CLAUSULA QUINTA — Do Prazo e Vigência: O prazo de duração dêste é de 5 (cinco) exercícios financeiros, incluindo-se o corrente. A vigência, entretanto, terá início a partir da publicação no D.O.U.

CLAUSULA SEXTA — Das Alterações, da Rescisão e da Denúncia: O presente Convênio poderá ser, alterado ao todo ou em parte, a qualquer época, através de Termo Aditivo desde que haja interesse ou conveniência das partes Convenientes e justifiquem a natureza e a circunstância da medida.

Poderá êste Convênio, ainda, ser rescindido, por inadimplemento de qualquer das suas Cláusulas, ou por inobservância dos aspectos técnicos do Projeto, ou ainda pela superveniência de norma legal que torne êste Convênio formal e materialmente impossível. Poderá, também, ser denunciado, formalizada a denúncia através de correspondência epistolar, efetivando-se a denúncia trinta (30) dias após êste procedimento.

CLAUSULA SÉTIMA — Da Publicação: O presente instrumento será levado a publicação no Diário Oficial da União.

CLAUSULA OITAVA — Do Fôro: Fica eleito o fôro da União para dirimir toda e qualquer dúvida suscitada na execução das Cláusulas dêste Convênio.

CLAUSULA NONA — Para Atender Exigência do Estado Contratante: Êste Convênio será publicado, também, no Diário Oficial do Estado do Paraná e levado a homologação do Senhor Governador do Estado e seu ato a referendo da Câmara Estadual, após o que será registrado no Tribunal de Contas Estadual, se fôr o caso.

CLAUSULA DÉCIMA — Do Projeto: O "Projeto SIMA/PR." será executado pela SECRETARIA, nos termos propostos, e não será modificado, em nenhuma hipótese, salvo expressa concordância do MINISTÉRIO. Aceitas as condições dêste Convênio o "Projeto SIMA/PR." passa a fazer parte integrante e complementar dêste instrumento, independentemente de transcrição.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Das Novas Estipulações: Os Convenientes poderão, em qualquer época da vigência do Convênio, estipular novas Cláusulas e condições, por meio de Termos Aditivos, a fim de compatibilizar os objetivos da avença às situações emergentes.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Da Revogação de Convênio Anterior: O presente Convênio revoga igual instrumento, celebrado em 23 de julho de 1970 tornando dito instrumento juridicamente insubsistente.

E, para firmeza e validade do que se estipulou e convencionou, foi lavrado êste Convênio em 4 (quatro) vias de um só teor e forma, perante as testemunhas instrumentárias, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito.

João Palma Moreira

p/ Ministério da Agricultura

Carlos A. Meissner Osório

p/ Secretaria de Agricultura

Testemunhas:

— A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

— Sob o n.º 381-71, do senhor LINEO EMILIO KLÜPPEL, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, acusando o recebimento e agradecendo a inserção em Ata nesta Casa, de votos de aplausos ao excelentíssimo senhor Go-

vernador do Estado, pela escolha de seu Secretariado. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 393-71, do senhor Cel. PERSIO FERREIRA, Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, no qual acusa o recebimento do telegrama de congratulações expedido por este Poder, à sua pessoa, pela posse naquele cargo. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 355-71, do senhor CARLOS A. MEISSNER OSORIO, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, acusando o recebimento do ofício expedido por esta Casa, pelo qual foi encaminhado cópia autêntica de requerimento do senhor deputado ROSARIO PITELLI. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

— Sob o n.º 137.2.71, do senhor MARIO TRINDADE, presidente do Banco Nacional da Habitação, prestando informações a requerimento do senhor deputado NIVALDO KRÜGER. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja enviado expediente ao excelentíssimo senhor professor Haroldo Carvalhido, titular da Pasta de Educação e Cultura do Estado, solicitando providências no sentido de serem sanadas deficiências materiais que existem no Grupo Escolar "Theobaldo Miranda Santos", na cidade de Maringá.

Esta solicitação prende-se ao fato de que, desde o dia 13 de abril, aproximadamente duas centenas de alunos se encontram sem aulas noturnas, porque aquele estabelecimento de ensino não dispõe de iluminação elétrica. Um curso circuito nos fios (que se encontravam em péssimo estado de conservação) e nas tomadas elétricas danificou todo o sistema do prédio.

Por outro lado, são precárias as condições de higiene dos sanitários da mencionada escola, que nem ao menos possuem portas, estando todos os esgotos entupidos ou quebrados, o que ocasiona exalação de horrível e nauseabundo odor.

Externamente, a aparência do Grupo Escolar "Theobaldo Miranda Santos", é das mais tristes. Afora isto, cercas caídas e podres ocasionam a entrada de desocupados e animais no pátio do estabelecimento, prejudicando o normal funcionamento do mesmo.

As providências solicitadas à S.E.C., por serem de pequena monta financeira, poderão ser solucionadas imediatamente, fato que redundará no próprio rendimento escolar.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1971.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER seja oficiado ao senhor Secretário de Estado dos Negócios de Transportes, no sentido de que seja incluído, no seu plano de construção de rodovias, a construção da estrada Umuarama a Porto Caiuá, numa extensão de 70 quilômetros.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1971.

(a) Marciano Baraniuk

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima citada ligará o sul do Estado do Mato Grosso com o Pa-

paraná, favorecendo ambas as regiões, que ocupam lugar de destaque na economia do País, pela elevada produção agro-pecuária que apresentam.

A extensão a ser ligada, portanto, trará benefícios não só à região sul de Mato Grosso, mas principalmente ao nosso Estado.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, com fundamento nos parágrafos 3 e 4, do art. 194, do Regimento Interno, requer à Mesa se digne ordenar que lhe sejam abóncadas 2 (duas) faltas ao Plenário, no mês em curso: uma, do dia 14 — data em que se encontrava em Porto Alegre, em visita à Assembléia Legislativa, inteirando-se de seu funcionamento (Regimento Interno) do modo com que foi elaborada a Carta Constitucional Gaúcha; outra, desta data — 21 — em que se ausenta a fim de atender interesses de vários municípios de Arapongas e Sabáudia.

Têrmos em que,

P. deferimento.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1971.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições parlamentares, requer na forma do Regimento Interno, a suspensão dos trabalhos de Plenário amanhã, para melhores atendimentos às Comissões Técnicas que funcionarão, neste caso, com maior tranquilidade.

Sala das sessões, em 20 de maio de 1971.

a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

CONSIDERANDO:

1 — A localização de várias indústrias no município de Adrianópolis, inclusive, uma das maiores indústrias estrativa-mineral da América do Sul, a PLUMBUM S.A.

2 — A localização da mais moderna indústria de calcário do Brasil no município de Bocaiuva do Sul, a CALFIBRA S.A.

3 — As inúmeras facilidades oferecidas pelo Poder Executivo, dos dois municípios, para a instalação de novas indústrias.

4 — Apesar de estarmos vivendo a "Era da Comunicação", essas indústrias localizadas na região supra citada, sofrem inúmeras dificuldades pela total ausência deste importante recurso, comprometendo, inclusive a instalação de novos empreendimentos.

5 — Os citados municípios localizam-se ao longo da rodovia estadual Paraná-São Paulo "Estrada da Ribeira", com grande número de acidentes, muitas vezes fatais, pela falta de comunicação imediata.

REQUEIRO:

A Mesa, regimentalmente, oficie-se ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando que sua Exa. se digne determinar aos órgãos competentes da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÃO DO PARANÁ, os estudos necessários para a implantação da rede de telefones aos municípios de BOCAIUVA DO SUL e ADRIANÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1971.

(a) Quielse Crisóstomo

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Londrina poderá ficar sem patrulhamento onoturno; o serviço, que é realizado pela Guarda Urbana, corre o risco de ser paralisado a qualquer momento. Para evitar que isto venha a ocorrer, queremos pedir a colaboração das autoridades militares, pois grave crise eclodiu na Guarda Urbana de

Londrina poderá ficar sem patrulhamento noturno; o serviço, que é realizada, tentou afastar, de modo violento, o inspetor José Lopes superintendente da Região Norte daquela corporação.

Pela primeira vez, na cerimônia de posse, é usada uma arma de fogo, pelo homem indicado para substituir o sr. José Lopes. Trata-se do sr. Carlos Augusto Tôrres, que recebeu o prêmio merecido, levando uma verdadeira surra de diversos guardas que se colocaram em defesa do seu chefe, sr. José Lopes, que estão tentando afastar do comando da Guarda Urbana de Londrina, evitando que ele fôsse morto pelas costas. Houve até disparo de arma de fogo, em consequência da confusão provocada durante a tentativa de posse do novo titular da Guarda Urbana de Londrina.

A Guarda Urbana de Londrina é hoje uma corporação respeitada, graças ao trabalho que ali realiza o sr. José Lopes. Este não se recusa a deixar o cargo. Apenas reclama o que tem direito, não apenas para si como para os demais membros da corporação.

Os antecedentes do sr. Edmundo Garcia não são nada recomendáveis, para um homem investido de tão relevantes responsabilidades. Diversos graduados da corporação foram assassinados, tendo-se a impressão que os criminosos foram por ele acobertados, pois chegou a contratar os melhores criminalistas para defendê-los. Em Foz do Iguaçu, um ex-guarda assassinou o inspetor Antônio Basílio Sobrinho; em Curitiba na sede da própria corporação, foi morto o inspetor superintendente Vitalino Feliz Leal. Em Umuarama, foi assassinado o sargento João Simões. Vitalino foi assassinado por Urbano Francisco de Oliveira, que pelo que consta é o mesmo matador do sargento de Umuarama. O mesmo criminoso andou por Londrina, onde, conforme varias cartas encontradas, estaria encarregado pelo sr. Edmundo Garcia, para matar o inspetor José Lopes. Depois de todos esses crimes. Urbano Francisco de Oliveira estava morando em casa, cujo aluguel vinha sendo pago pelo sr. Edmundo Garcia. Quando estava na Penitenciária do Ahú, era constantemente visitado pelos filhos do sr. Edmundo Garcia.

A Guarda Urbana de Londrina, sendo hoje uma das maiores e bem organizadas, começou a causar ciúmeira no sr. Edmundo Garcia, que tentou provocar em Londrina as mesmas confusões anteriormente havidas em outras cidades, onde chegaram a haver inclusive assassinatos de seus encarregados. A Guarda Urbana de Londrina não pode ser transformada em covil de assassinos ou de malandros. A nossa cidade não aceita este tipo de gente. A população londrinense jamais permitirá que uma corporação que tem a responsabilidade de zelar pela sua segurança, seja comandada por homens interessados em implanter a desordem na cidade.

Apelamos às autoridades militares para que interfiram nas divergências na Guarda Urbana de Londrina, pois a solução do caso, pois a permanência do inspetor José Lopes, depende da segurança de Londrina muito bem patrulhada pela Guarda Urbana de Londrina, agora ameaçada de ser comandada por homens com antecedentes que devem ser revistos pelas nossas autoridades.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Nivaldo Kruger.

O SR. NIVALDO KRUGER — Sr. Presidente srs. Deputados.

Estamos vivendo nesta semana, dias de certa perplexidade.

Os deputados conscientes dos seus deveres interrogam-se e interrogam

os que tem conhecimento específico de uma matéria tão delicada, quanto a que se encontra nesta Casa.

A Reforma da Constituição do Estado do Paraná!

É natural que isso aconteça, e já verifiquei, com satisfação, que o próprio Presidente da Casa determinou um Estudo pelo Departamento Técnico, sob o angulo do qual esta nova carta poderá afetar este Poder. Meus parabéns, sr. Presidente. V. Exa. fez aquilo que nós esperavamos que fizesse: Tomasse o caminho e o rumo certo, da defesa do nosso Poder. Sim! do nosso Poder. Este poder discutido, este Poder que por vezes não é conceituado como tal, do qual muitos duvidam, no qual muitos acreditam.

Encontrava-me com um magistrado e ele dizia: — "Não acredito no Legislativo". Então, quando o magistrado não crê na Casa de Leis, é porque realmente ela está desmoralizada.

Encontramos ha poucos dias, com um General, Comandante da Região e dizia ele a nós Deputados, aqui na sala de visitas desta Casa, que acreditava neste Poder. Quando o magistrado nele não acredita, mas nele o General deposita confiança e sobre ele o povo ainda deposita as suas esperanças, cresce em muito a nossa responsabilidade. Ela esta em jogo; ela esta em cheque, como em jogo e em cheque estão todas as instituições. Não se pode negar que esta é uma tendencia do mundo, moderno. A própria instituição familiar... Quantas e quantas vezes, nós chetes de família, convencionais, pais que somos ao dialogarmos com nossos filhos nos surpreendemos com suas perguntas. E surpreendi-me outro dia, tão enlevado nas causas da coisa publica, que meu filho discutia comigo e punha em duvida minha posição de homens de uma geração. E perguntava-me ele: "Afinal de contas, o que é que vocês estão fazendo por nós? Afinal de contas essa geração que se diz detentora do Poder e realmente o detem, o que está fazendo para que a juventude não se angustie mais?"

Refleti um pouco e compreendi que o jovem tinha razão. E a rebelião da juventude. Mas não é só da juventude. Rebelião que não sera contida por atos policiais; rebelião que vem de todos os pontos e de todos os setores; processos de educação nacionais e universais razem com que todos os padroes convencionais se alterem e sejam destruidos. Não estamos nos, sr. Presidente, srs. Deputados, diante de um fato deste, ao nos deirmoarmos com um fato muito mais amplo, de um acontecimento sociológico universal, com reflexos aqui dentro desta Casa? Reflitamos um pouco e analisemos com objetividade. E tenho certeza que nos convenceremos de que sim. Assim, senhores, verificamos que vidas uteis, de milhares e milhares de jovens estão sendo gastas numa guerra inutil. verificamos que a nação intitulada de campeã da democracia, dentro do seu território, não tem democracia. E as suas instituições estão sendo contestadas. Lá está a grande nação americana com problemas gravissimos de uma luta entre homens, um problema de pigmentação. E ao enfrentar este problema, negam muitas das convenções e muito do que há de tradicional naquêlê país. Nós aqui, no Brasil, experimentamos a transformação da fase agraria, para a fase industrial... E o entrechoque de duas mentalidades, do convencionalismo, do paternalismo, do tradicionalismo com o pactualismo dos tempos atuais, com a reação dos tempos atuais. E diante de tudo se analisarmos com sinceridade, verificaremos que somos uma fôlha levada na ventania, verificaremos que não estamos enraizados como um carvalho para aguentar as intemperies que nos ameaçam de imediato.

Sejamos honestos, reflitamos sobre a vida nossa de poder e sobre a vida nossa como homens ligados a setores eleitorais que nos enviaram para cá. Quantos negócios feitos, para que aqui tomassem assento os Deputados! Quantos milhões investidos em campanhas eleitorais! Justamente porque o nosso povo já não acredita nos representantes. Justamente porque o nosso povo também ficou utilitarista e quer levar vantagem pecuniária no momento exato em que lhe é solicitado o voto. E negocia-se no Palácio a independência

é os interesses do povo, a independência do candidato e os interesses da comunidade. E aí perde-se a independência; e aí tem-se que obedecer. É um fato incontestável.

E coitados dos que se rebelarem, dos que se levantarem contra! Não terão mais acesso às Secretarias, não terão mais acesso às portas do Palácio. Não serão mais consideradas pessoas gradadas ao Executivo e estarão marginalizados.

Eis que nós, de uma bancada pequena nesta Casa, tentamos por todos os meios conter algumas investidas e não podemos. Tentamos fazer valer um ponto de vista justo, mas a vontade do Poder se sobrepõe e as coisas são feitas conforme as determinações providas de cima. É uma contingência de nosso tempo e hoje, para enfrentar isto é preciso coragem, a coragem de que falava o Presidente Kennedy que deu sua vida pelos seus ideais. A coragem que desejamos não é a de morrer decentemente, dizia aquele estadista, mas a de viver virilmente.

Esta Assembléia está diante de um fato incomum. Entregou o Governo a um homem e não deve, no meu entender entregar-se a este Governo. Deve lutar para manter uma posição que a conceitue junto ao nosso povo. Mas isto não é fácil. Quantos Deputados com dramas de consciência, querendo fazer o que a consciência dita, o que a hombridade diz que deve ser feito, mas através das circunstâncias, se obrigam a proceder de outra forma.

Assim nós vemos o nosso País em crises que só não foram ao derramamento de sangue de nossa gente, graças à sabedoria e a intervenções quase sobrenaturais.

Debatemo-nos numa crise institucional; debatemo-nos numa crise econômica; debatemo-nos em crises de toda ordem. E isto é bom, porque dessa efervescência toda há de se apurar alguma coisa nova.

Mas, se é necessário que isto aconteça, é preciso que reflitamos sobre a posição de cada um de nós. Não estaremos já defasados, não estaremos já superados, já não possuímos uma mentalidade que está sendo rejeitada pelas massas insatisfeitas; uma mentalidade que está sendo rejeitada pela juventude ávida, que não tem retribuição justa de seu esforço no progresso nacional? Quantos de nós estamos atualizados? Quantos de nós representamos a realidade do momento? Quantos de nós ainda vive e aceita, e se subordina à mentalidade de senzala, à mentalidade do senhor de fazenda, do chefe? Mas isto já passou... Esta época já está ultrapassada. Vivemos outros tempos. É verdade que há entrelaço de uma mentalidade com outras. Os liberais do passado ainda invocando Montesquieu; outros invocando o marxismo de 100 anos atrás, e tantas outras ideologias, filosóficas que não levam ao atendimento da realidade vigente.

Refletamos sobre isso. Será que nós, homens de hoje, já não somos mais desse tempo mas de um passado, já ultrapassados? E o "crush" de duas mentalidades que vivem, às vezes, dentro de cada homem. É o tempo presente com o tempo passado a impor um condicionamento, exigindo uma dinâmica.

E assim vem crescendo nosso País, nossa população. E se fizermos um exame geral, veremos que essa efervescência ocorre em todo o mundo.

Mas, voltemos ao nosso País, voltemos ao Brasil, ao Brasil dos anos que antecederam 64, com os conservadores assumindo poder, realizando obras fantásticas.

Exatamente quatro anos depois, as classes populares se levantam contra a situação. O Governo nas mãos de um Líder popular que toma as rédeas da vida política nacional, Janio Quadros que, sete meses depois tinha que renunciar o poder, deixando a Nação ao caos.

Saimos de um extremo, partimos para outro. Debatemo-nos neste conflito e as esperanças que se cristalizaram sobre aqueles homens vieram água abaixo, e se desmoronaram como castelo de areia ao sabor da enchurrada.

Logo depois assume o vice-Presidente, não por imposição de nossa Cons-

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

tituição, mas por um condicionamento todo especial. Levantava-se o País em duas correntes de pensamento, em choque, não se sabia o que fazer se se entregava, ou não, o País ao vice-Presidente. E, em pouco tempo, verificava-se que também ali não esta a solução, apesar da tutela dos militares às costas do novo Presidente.

Logo em seguida, verificamos que a grande tese de Raul Pila, o parlamentarismo, de uma hora para outra colocado em exercício, era artificialmente mais uma vez.

E saímos do presidencialismo que era a bruxa de nosso sistema, sobre o qual se situavam todos os efeitos, e partimos, imediatamente, para o parlamentarismo que teria alguns meses apenas em nosso País. Fomos para o plebiscito.

Verificamos que o parlamentarismo também não resolvia o problema, e aí tivemos, logo em seguida, a intervenção, a deposição do Presidente, Presidente que foi escolhido pela maioria absoluta do povo brasileiro, num plebiscito de proporções inigualáveis.

Faço êsse retrospecto ao passado srs. Deputados, para nos colocarmos no presente com objetividade, para sairmos das picuinhas desta Casa, das miudezas, das coisas que não correspondem aos anseios do nosso povo. para sairmos da miudagem do tráfego de decretos, portarias e nomeações. Elevemo-nos um pouco aos acontecimentos históricos, para deles tirarmos conclusões. Estamos diante de um momento que, também há de ser histórico para esta Casa, porque daqui vai sair uma decisão e que ela seja de acôrdo com o nosso tempo. Seja ela qual for, mas, pelo amor de Deus seja ela de acôrdo com o tempo e não de acôrdo com quem governa urticamente. Elevemo-nos à condição de homens de uma geração de homens de um tempo e não a condição de homens que devem obedecer quem esporadicamente está no poder porque aí, então, a história há de dizer alguma coisa boa a respeito dêsse corpo legislativo da Assembléia.

Os Senhores vieram para esta Casa trazendo a confiança do povo que os elegeu, cada um é um líder, cada um tem sobre si os olhos de uma população. Sobre nós, temos os olhos do Paraná, os olhos da juventude do Paraná, que não pode dizer nada, mas que pensa; os olhos do mundo jurídico que teme represálias, mas que pensa; os olhos das classes de todos os setores.

Assim, de 64 para cá, resolveram-se as crises srs. Deputados? Não! Nós tivemos mais crises, umas em cima das outras. Uma a sobrepor-se às outras. E digo sem medo de errar, e me responsabilizo por isso, srs. Deputados, nunca se roubou tanto neste país nesse período de 64 até aqui. Nunca se delapidou tanto êste país. Nunca se violentou tanto neste país. Nunca. Nunca ouvimos falar antes em jovens usando metralhadoras, metralhando seus irmãos e derrubando brasileiros no asfalto para roubar. Nunca se ouviu falar nisso. Crise em cima de crise.

Mas é dessa efervescência que há de sair aquilo que precisamos. É por ela que há de sair o que precisa o Brasil para se firmar como Nação soberana no concôrto das demais Nações, principalmente na América Latina.

Tivemos a partir de 1960 — vejam só, uma década — transformações e mais transformações. Tivemos em 67 uma Constituição decretada. Em 1969 houve necessidade de uma readaptação. Os homens do Governo federal decretaram uma louvável Constituição e já em 1969 readaptavam a mesma.

Então verificamos que nos moldes tradicionais — e ao dizer isso falo como leigo porque não sou jurista, falo como observador, como homem atento aos acontecimentos, como homem que anda de olhos abertos e ouvidos atentos — a Constituição era um verdadeiro oráculo e, agora, passou a ser alterada continuamente.

Neste instante falo, não em nome de uma bancada, mas como Deputado simplesmente e digo que acho isso bom, a busca de enquadramento da realidade social, da realidade jurídica, não fazendo esta como um enquadramento sob medida mas em busca dessas transformações que estamos passando.

Assim é que hoje, nesta Assembléia, estamos diante de uma mensagem que não traz tudo de mal, mas que não traz tudo de bom. O que nos parecer bom deve permanecer e aquilo que nos parece não ser bom está ao nosso alcance agora melhorar. Ter consciência disto e aprovar é mais do que incompetência e alienação. Ter consciência de que traz alguma coisa de mal e aprovar é pior do que alienação. É muito pior, é covardia, é subserviência.

Por esta tribuna passaram Deputados que fizeram análises sábias a respeito da mensagem demonstrando os pontos fracos com equilíbrio. É necessário que não se diga que não se tem conhecimento dos pontos fracos. Até o momento não ouvi se levantar uma voz sequer para defender esta Mensagem. Entretanto, sabemos que a esta tribuna virão homens competentes para sustentar o ponto de vista do Governador do Estado. Ai, então, se definirá o grande debate que, com ansiedade todos nós esperamos, inclusive o povo. O povo sabe que daqui sairá a Constituição do Paraná mas parece que ela não tem importância alguma.

Somos um poder constituído de 47 homens que decidem por sete milhões de habitantes. Nossa decisão é uma sentença, sentença esta que nos engrandecerá ou nos destruirá.

Esta não é hora para se tratar de situacionismo ou de oposição. É hora de reflexão, de lucidez. A Mensagem do Governo não é de todo boa, como já disse, e não é de todo má. Deve ser feita uma triagem, deve-se fazer a separação do joio. Isto, em sua primeira fase, ficou a cargo de uma Comissão de cinco membros, porque a Mensagem veio com espinhos, com farpas com terra e com a semente boa que deve ser separada. Que se faça a triagem. Creio que podemos ficar tranqüilos. São homens de grande integridade, tanto moral como intelectual, e que saberão colocar acima de qualquer conveniência o respeito por si mesmos e por todos nós. Temos certeza que a Comissão assim agirá.

Dando êste crédito de confiança a esta Comissão não posso deixar de definir o que penso, fazendo primeiro uma pergunta: Esta Constituição vai beneficiar o povo? Ou ela é apenas acomodação para interesses que precisam ser acomodados! Esta a pergunta que deixo aqui, alguns companheiros que precisam ser levados para o Tribunal de Contas, alguns homens que precisam ser colocados em pontos chaves para se submeterem à vontade do Governo. O que chamou a atenção de todo o Paraná foi o caso da autonomia dos Municípios, altamente prejudicada nesta Mensagem.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. está apreciando a matéria com muita propriedade, e fez uma pergunta — se esta Constituição beneficia o povo.

Gostaria de responde-la — entendo que a Emenda não foi proposta a esta Casa para beneficiar o povo, mas sim para beneficiar o Executivo.

Quero chamar a atenção para um fato, para o qual V. Exa. já atentou e também toda a Casa — vamos ter uma Constituição original talvez única mesmo dentre todas as Constituições que regem a vida política e administrativa dos demais Estados brasileiros.

V. Exa. cita bem o problema quando diz que o Governo do Estado nesta proposição encaminhou, de acordo com uma Constituição já de si mesmo de feita, que é a Constituição Federal de 69. Pois bem! Vê V. Exa. hoje que a Constituição Federal de 69 já é tida por todos como uma Carta excepcional, porque ela albergou as teses de fortalecimento do Executivo e trouxe para o campo da lei Maior brasileira, todo o protecionismo possível, toda a

fôrça possível ao Executivo em detrimento dos demais Poderes e, observe V. Exa., se naquele esforço em que esta Constituição Federal ainda admitia, quando admitia uma relativa liberdade aos demais Poderes, é justamente nesses pontos que o Governador do Estado do Paraná se apega tendo alternativas de deixar este Poder sem liberdade justamente para restringir, amordacar, dificultar o exercício deste Poder e o exercício da democracia. O caso do Ministério Público com o qual quero ilustrar este aparte é originalíssimo porque em nenhuma Constituição, em qualquer Estado se submete o Ministério Público ao jugo de uma Secretaria, como se pretende fazer no Paraná. Isto da um exemplo do Governo que temos, do Governo diferente que temos e do que teremos nestes quatro anos pela frente no Paraná.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. ao aparte pela lembrança que ocasionou.

Falava sobre a autonomia dos municípios. Não há deputado que não venha com o apoio do município, não há deputado que não houvesse afirmado fidelidade a seu Prefeito. Não há. Eu pergunto agora, como se comportaria o Deputado no momento de votar esta Constituição, quando ele se propõe à criação de um órgão fiscalizador das contas do município. Que órgão é esse? Órgão gerador, digo, gerido por homens, homens da confiança do Governo, portanto, homens políticos e, consequentemente facciosos. Ora, vamos entregar o Paraná ao arbítrio de um grupo de homens que vai fiscalizar as contas de todos os municípios? Absurdo. Não posso aceitar isto! Não posso concordar com isto! Já fui Prefeito, já fui Presidente de Associações de Municípios e sei o drama com que o Município se defronta, o drama da inexistência de pessoal especializado. Quantas vezes o Prefeito se angustia ao saber que não tem assessores de que precisa, quantas vezes o prefeito se angustia ao saber que pode ser denunciado e pode ser condenado pelo fato de não encontrar nos seus redutos a mão de obra especializada, técnica, para formular segundo os ditames da lei. Porque o Governo reforça um órgão técnico de assessoramento ao Prefeito, por que não consta desta mensagem se é que o Governo quer ajudar os municípios, porque não dá recursos para especializar maior número de jovens no sentido de oferecer aos prefeitos condições de realizações de obras e uma administração segundo os ditames da lei? Não. Quer organizar um órgão policiado que encontre as falhas do trabalho do Prefeito, para sujeitar o prefeito a obedecer ao Governo, temendo as sanções da lei. Isto acontecerá. Quero, sr. Presidente, que conste na Ata mesmo os Deputados que não estão gostando desta conversa, mesmo aqueles que estão simulando não ouvir, anotem, senhores, amanhã, daqui há 10 anos, e o que são 10 anos na vida do povo, absolutamente nada, amanhã teremos prefeitos ponderados no Paraná, por culpa única e exclusivamente da falta de coragem nossa. Não rejeitarmos este órgão pela falta de coragem de dizermos que este órgão não deve ser criado, e denunciarmos ao Congresso Nacional porque hoje, é mais fácil alterar a Constituição Federal, do que aprovar uma lei, demonstrando a incoerência deste ato que vai subordinar aquilo que a República tem de mais vivo que são os seus municípios.

É ali, nos municípios, que se faz a grandeza nacional; é ali, que se aprende da nossa gente, é ali, nos municípios, assistindo par e passo os prefeitos os 1.ºs passos da democracia; é ali que se exercita o caráter e a moralidade dos vereadores, é que o povo tem consciência da vida pública, da vida administrativa. E agora, quer subordinar-se, pretende subordinar-se esta instituição a um simples órgão qualquer. Sei, Senhores, que de nada adiantará este alerta. A Maioria está de acordo com a adaptação à Constituição Federal, é com isso que se dosa a pilula, adaptação à Constituição Federal à reforma administrativa. Eis o pretexto magnífico, adaptação à Constituição Federal, como se a outra não estivesse adaptada à reforma administrativa. Como se fôra preciso alterar a Constituição em poucos pontos nevrálgicos, subordinan-

do a autonomia de órgãos importantes como é o órgão do Ministério Público, do Tribunal de Justiça.

Fica aqui, srs. Deputados, o nosso alerta; fica aqui o nosso chamamento à consciência dos Senhores. Há Deputados que irão aos municípios amanhã: podeis ter certeza que os Senhores irão a cada município pedir votos outra vez, aos Senhores Prefeitos e hão de encontrar as pégadas do MDB, denunciando a todos, denunciando ao Paraná, os governistas do Paraná, como um crime que se está fazendo contra a autonomia municipal; é um crime que está se fazendo contra o órgão do Ministério Público, sujeitando-o simplesmente! Nós diremos isto ao Paraná inteiro, nem que nos sejam negados os meios de divulgação; iremos de qualquer forma, de ônibus, a pé se for preciso iremos contar de município em município que foi o Grupo governista que fez com que os municípios perdessem mais uma vez a sua autonomia. Ainda é tempo, refletamos sobre isso. Analisemos este aspecto tão negativo e nos elevemos, evitando que se cometa este crime contra os municípios. Soubessem os prefeitos que isso estaria acontecendo, estariam por certo todos aqui neste instante, como fizemos em 1967; e aqui estão dois ex-prefeitos, entre eles o deputado Baraniuck, além de outros que foram prefeitos naquela época, que pressionaram o Governo Federal, para que não os subordinassem.

Alerta, portanto, paranaense: aqui estão querendo jungir os municípios a um órgão que fatalmente, será um órgão de coação aos prefeitos. E não haverá mais independência municipalista, não haverá mais engrandecimento da política municipalista; haverá só subserviência e só servirão para disputar cargos neste nível, aqueles homens cujo caráter serve a um processo espúrio desta natureza.

Fica aqui portanto, a nossa denúncia já feita por outros deputados da nossa bancada, e reafirmo mais uma vez por este que aqui está: levantamo-nos ou, uma única saída se nos oferecerá: é demonstrarmos competência e independência; é provar conhecimento. Só assim provaremos que o povo não se enganou ao nos eleger; só assim provaremos que o povo não se enganou, em nos mandar para esta Assembléia. Não nos percamos nas encruzilhadas, dos acenos das conveniências. Sabemos que muitos emprêgos polpudos estão sendo oferecidos; eles serão denunciados dessa tribuna em nome do povo do Paraná. Sabemos que muitos emprêgos de grande remuneração serão distribuídos; esta a intenção do sr. Governador do Estado, escondidos os pretextos de adaptação e de reforma administrativa. Não nos percamos nos acenos do tráfico da influência; a pressa é nossa inimiga; os atalhos podem ser falsos. Não nos esqueçamos, por maiores as vantagens momentâneas, não compensarão o desprezo e o ridículo que se abaterão sobre esta Casa no futuro, se não agir ela agora com tóda a independência.

Era o que tinha a dizer. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 srs. Deputados.

A Mesa, passa às mãos do nobre deputado Sebastião Rodrigues, as cópias solicitadas na sessão de ontem.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 37-70, Mensagem n.º 10-70, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva autorização para doação à Companhia de Habitação do Paraná, do terreno de propriedade do Estado do Paraná, situado na cidade de Pirai do Sul. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 37-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR, um imóvel constituído de uma área com 13.594,26 m², localizada na cidade de Pirai do Sul, com as seguintes características e confrontações: pela frente, com a Estrada Municipal, onde mede 135,60 m; pela lateral direita, faz frente, também, para rua de contorno, onde mede 100,00 m; pela lateral esquerda, faz frente, igualmente, para a mesma rua de contorno onde mede 100,35 m, e, finalmente, 135,60 m na linha dos fundos sem benfeitorias.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Pinto Dias

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 164-70, que declara de Utilidade Pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 164-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica considerada de Utilidade Pública, a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 211-70, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00, à viúva Lúcia Maria Teixeira Costa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 211-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Lúcia Maria Teixeira Costa, viúva de Mário Costa, ex-servidor público estadual.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei, correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 103-70, de autoria do dep. Paulo Poli, que cria uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Mamborê, com jurisdição nos Municípios de Ubatã, Campina da Lagoa, Nova Cantu, Janiópolis e Boa Esperança e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Em regime de urgência. — Aprovados projeto e emenda.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 213-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 à viúva Luiza Frago dos Santos — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 259-70, de autoria do dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 à viúva Ana Santos Bello. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 235-69, de autoria do dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo, a criar na sede do Município de Tapejara, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 235-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Tapejara, uma Escola Normal, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de outubro de 1969.

a) Dep. Emílio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tapejara, encravado entre os de Cruzeiro do Oeste e Cianorte, concentra uma vasta população estudantil, em perfeitas condições de cursar um estabelecimento da espécie do Proposto. No mais, aquela população para continuar com a sua instrução, tem que se deslocar para um dos Municípios citados, que encarece, efetivamente, a sua economia doméstica. Além disto, Tapejara por seu acentuado progresso, no que tange a educação, está a merecer todo o amparo do poder público.

Nestas condições, submetemos a presente proposição à consideração de Vossos nobres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 235-69

AUTOR: Deputado Emílio Carazzai

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no Município de Tapejara.

PARECER

O projeto vem devidamente justificado e autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, de grau colegial, no Município de Tapejara.

Sob o ponto de vista de sua utilidade e viabilidade administrativa, cabe à Comissão de Instrução Pública examinar, por ser matéria de sua competência específica.

Quanto à constitucionalidade, parece-nos ser o projeto cabível, por representar mera autorização, **sem exigência de imperatividade.**

Nessas condições, somos pela aprovação do projeto.
Sala das Comissões, em 5 de maio de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Paulo Poli — Relator

Luiz Renato Malucelli

Ivo Tomazoni

Alencar Furtado

Paulo Camargo

Armando Queiroz

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 235-69

I — Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo, criar na cidade de Tapejara, uma Escola Normal de Grau Colegial.

II — O plano de lei tem característica de autorização, razão pela qual não encontramos qualquer impedimento de ordem financeira, que se lhe anteponha.

III — Pelo exposto, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1970.

aa) Roberto Galvani — Presidente

Roberto Wypych — Relator

Paulo Poli

Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei nº 235-69

1 — O deputado Emílio Carazzai autoriza pelo projeto de lei 235-69 a criação, na sede do Município de Tapejara, uma Escola Normal, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano.

2 — O Município de Tapejara, encravado entre os de Cruzeiro do Oeste e Cianorte, segundo a justificativa do autor, concentra uma vasta população estadual, em perfeitas condições de cursar um estabelecimento da espécie proposta, por inexistir no momento. Esta ausência de um estabelecimento de ensino de grau colegial faz com que os estudantes tenham que se deslocar para os Municípios vizinhos, fato que encarece sobremodo a economia doméstica. Além disso, Tapejara por ser um local de grande progresso, no que tange à educação, está a merecer todo o amparo do Poder Público.

3 — Por isso consideramos a iniciativa de utilidade e serem amplas as perspectivas de viabilidade.

4 — O nosso parecer é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1971

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Arizone Araújo

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de serem sanadas deficiências materiais que existem no Grupo Escolar Theobaldo Miranda Santos, na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Secretário de Estado dos Negócios de Transportes, no sentido de que seja iniciada a construção da estrada Umuarama a Porto Caiuá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando suspensão dos trabalhos de Plenário amanhã, para melhor atendimento às Comissões Técnicas.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Peço a palavra, sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Outra vez venho ao Plenário para apelar aos eminentes Deputados, no sentido de que efetivamente seja realizada a sessão de amanhã, da Assembléia Legislativa.

O deputado Paulo Poli, autor do requerimento, tem toda a razão no seu pedido. Ele deseja que o tempo todo seja dedicado aos trabalhos da Comissão. Porém acreditamos que o espírito público dos senhores Deputados há de prevalecer e no período da manhã talvez a sua totalidade, se fôr preciso e se assim exigir o trabalho da Casa, aqui estará presente para o trabalho normal da Comissão.

Por esta razão, e data vênua a solicitação regimental do eminente Deputado, respeitosamente, me pronuncio contrário.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de encaminhar pedido de informação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente seja oficiado ao sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja implantada a rede telefônica nos municípios de Bocaiúva do Sul e Adrianópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando abono de faltas às sessões Plenárias. — **Deferido. Ao Departamento Legislativo para os devidos fins.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 24, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 252-69;

4.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 103-70;

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 259-70;

2.ª Discussão — do Projeto de lei n.º 235-69;

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 302-62.

Levanta-se a sessão.